

AO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 12ª REGIÃO – CRESS/SC.

Parecer Jurídico

Parecer jurídico sobre aditamento para revisão contratual e manutenção do equilíbrio-econômico-financeiro.

1. Trata-se de parecer jurídico sobre processo de aditamento do Contrato nº 01/2022, oriundo do Processo de Dispensa de Licitação nº 029/2021, firmado com a SACHA FRANK TESKE – ME (CNPJ 26.573.712/0001-93), e que tem por objeto a *renovação da licença de uso de software ponto secullum 4 com suporte técnico, para funcionários cadastrados do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/SC*, num valor mensal de R\$ 54,03 (cinquenta e quatro reais e três centavos) por mês.
2. De acordo com as informações prestadas pelo Setor Responsável, o CRESS-SC se encontra estabelecido na Rua dos Ilhéus, nº 38, Centro de Florianópolis-SC. Todavia, recentemente, passou a ocupar outra sala comercial em endereço distinto, onde mantém outros dois servidores.
3. Por conta disso, necessita promover a instalação de ponto eletrônico de registro de frequência dos profissionais, também, neste novo endereço.
4. Expressada tal necessidade à Fornecedora, verificou-se ser imprescindível a alteração do objeto contratado para o adequado atendimento da demanda, para, especificamente, substituir o Software atualmente utilizado (*Ponto Secullum Offline*) para o *Ponto Secullum Total Web*. O que consequentemente resultou no aumento do custo de fornecimento, elevando o preço mensal de R\$ 54,03 para R\$ 128,00 (cento e vinte e oito reais), conforme proposta de preços apresentada pela Fornecedora, que compõe o processo em questão.
5. Pois bem.
6. Diante de tais considerações, configurado os requisitos (i) da indispensabilidade dos serviços contratados, para o registro/controle de frequência dos servidores; (ii) de fato imprevisível com aumento dos custos de fornecimento, que não pudera ser depreendido por ocasião da formalização do contrato de origem; (iii) de interesse da Administração Pública do CRESS na preservação do contratado, em razão dos benefícios auferidos com o referido registro/controle de frequência; e, não menos importante, (iv) de manutenção do valor total do contrato dentro do patamar legal para dispensa de licitação.

7. Verifica-se pela possibilidade de formalização do instrumento de aditamento contratual para revisão dos preços inicialmente contratados, à rigor do que prevê o artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

8. Destacando-se, neste sentido, as considerações doutrinárias do Jurista MARÇAL JUSTEN FILHO sobre o tema:

"Reserva-se a expressão "revisão" de preços para os casos em que a modificação decorre de alteração extraordinária nos preços, desvinculada da inflação verificada. Envolve a alteração dos deveres impostos ao contratado, independente de circunstâncias meramente inflacionárias. Isso se passa quando a atividade de execução do contrato sujeita-se a uma excepcional e anômala elevação (ou redução) de preços (que não é refletida nos índices comuns de inflação) ou quando os encargos contratualmente previstos são ampliados ou tornados mais onerosos."¹

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª ed. REVISTA DOS TRIBUNAIS: São Paulo, 2014. pg. 1031.

9. Bem como, a interpretação há tempos firmada na jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

“O reequilíbrio econômico-financeiro de contrato somente se justifica na ocorrência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado (...)” (Acórdão 2.703/2011, Rel. Min. José Múcio Monteiro)

“A Administração deve manter estrita observância do equilíbrio de preços fixados nos contratos e originalmente constantes das ofertas das empresas vencedoras da licitação, evitando a celebração de termos aditivos contendo acréscimo de itens de serviços com preços supervalorizados ou supressão de itens com preços depreciados.” (TCU. Acórdão 1749/2007-Plenário. Rel. Min. UBIRATAN AGUIAR)

10. O que demonstra a possibilidade revisão do instrumento contratual, com a alteração do objeto e preservação do equilíbrio-econômico-financeiro, nos termos e fundamentos aqui aduzidos.
11. Dito isso, não se ignora o limite estabelecido no §1º² do artigo 65 da Lei 8.666/93. Todavia, sem maiores delongas, pondera-se a hipótese de alteração contratual prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 não é abarcada pelo referido limite, aplicados apenas nos casos de reajuste de preços. Ao passo que no presente caso, estamos tratando de revisão para recomposição do equilíbrio-econômico contratual.
12. Para melhor entendimento, é de relevo o enfrentamento da questão pela doutrina:

“Não há limite a alterações derivadas da revisão de preços. Assim, por exemplo, suponha-se hipótese de elevação imprevisível ou de efeitos incalculáveis quanto ao custo de um insumo. Suponha-se contrato de prestação de serviços que envolva o consumo de combustível derivado de petróleo. Imagine-se que uma crise internacional produza a elevação do custo do insumo em 60%, o que se traduz na necessidade de revisão de preços em 30%.

² § 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

A regra do artigo 65, §1º, da Lei 8.666/1996 não será aplicada neste caso porque sua destinação é diversa. Não visa a dispor sobre a tutela da equação econômico-financeira, mas a restringir as escolhas discricionárias da Administração no tocante à modificação dos contratos.”³

13. Que reflete o entendimento do TCU:

“Ressalta-se que as alterações quantitativas não se confundem com o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato” (TCU. Acórdão 926/2011. Rel. Min. Aroldo Cedraz)

“A revisão contratual, já dissemos alhures, não se confunde com o reajuste ou com a atualização financeira ou monetária, porque de natureza distinta, e não se submete às restrições da legislação excepcional do Plano Real nem de normas inferiores ilegais.

Naquele caso (alínea “d” do inciso II do artigo 65), entre os pressupostos, **distinguem-se os fatos, que são imprevisíveis ou previsíveis, mas as consequências são imprevisíveis, e ocorrem, a qualquer tempo, durante a execução do contrato. Comprovadas a ocorrência do evento e a repercussão nos preços, impõe-se a revisão do contrato,** porque efetivamente previsíveis eram os acontecimentos, mas incalculáveis são as consequências, capazes de retardar ou mesmo impedir a execução do convencionado.” (RTCU. Artigo - ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. REVISÃO CONTRATUAL - TEORIA DA IMPREVISÃO. Professor e Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional aposentado Leon Frejda Szklarowsky. 01/09/2023)

14. E o entendimento do TCE-SC:

“O aumento da quantidade dos serviços contratos pode eventualmente refletir no custo fixo de tais serviços, impactar no seu preço unitário e na equação econômico-financeira a favor da contratada. Nesse caso, medidas para reequilibrar o contrato deverão ser adotadas pela Administração Pública.” (TCE-SC. Parecer 152/2023. PGE.

³ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª ed. REVISTA DOS TRIBUNAIS: São Paulo, 2014. pg. 1045-1046.


15. Sendo assim, o parecer é pela possibilidade de formulação do aditamento contratual para revisão dos preços originalmente contratados, com o objetivo de se preservar o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos e fundamentos aqui aduzidos.

É o parecer Técnico Jurídico.

De Curitiba/PR para Florianópolis/SC, 1 de setembro de 2023.

Antônio Francisco Corrêa Athayde
OAB/PR 8.227

Gustavo de Pauli Athayde
OAB/PR 42.164


Assinado digitalmente por:
DIONES MOREIRA DE SOUZA
sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

Diones Moreira de Souza
OAB/PR 106.756